



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

### PROPOSTA DE PAUTA

1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
1.1. Não há pendências haja vista ser essa a primeira reunião do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho (CGE-JT) para tratar do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT).	
2. Itens para pauta	Identificador
2.1. Análise das propostas enviadas pelos subcomitês gestores da estratégia da Justiça do Trabalho sobre análise de ambiente, missão, visão e valores.	
3. Outros assuntos	Identificador
3.1. Pesquisa de metas do Plano Estratégico do Poder Judiciário.	
3.2. Deliberação acerca da mensuração do iGovPessoas, iGovTI e iGov.	
4. Deliberações via e-mail	Identificador
5. Agendamento da próxima reunião	Identificador



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

ATA DE REUNIÃO	
Local	Período
Videoconferência	22/06/2020

No dia **22 de junho de 2020**, por videoconferência, das 14h30 às 17h20, ocorreu a Reunião do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho (CGE-JT). Estiveram presentes os seguintes membros do referido Comitê (conforme artigo 6º da Resolução CSJT nº 259, de 14 de fevereiro de 2020), a substituta da Iara Cristina Gomes, bem como servidoras da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGEST-CSJT):

Nome
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária-Geral do CSJT
<b>Dr. Valério Augusto Freitas do Carmo</b> Diretor de Secretaria da Corregedoria-Geral
<b>Gustavo Galluzzi Nunes Santos</b> Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 1ª Região
<b>Dr. Roberto Masami Nakajo</b> Juiz do Trabalho do TRT da 12ª Região
<b>Fernanda Gomes Ferreira</b> Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 12ª Região
<b>Dr. Francisco Washington Bandeira Santos Filho</b> Juiz Auxiliar da Presidência do TRT da 22ª Região
<b>Marcelo Nunes Nolleto</b> Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 22ª Região
<b>Dra. Luciane Storel da Silva</b> Desembargadora Gestora de Metas do TRT da 15ª Região
<b>Iara Cristina Gomes</b> Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 15ª Região
<b>Helen da Silva Paes de Souza</b> Responsável-substituta pela área de gestão estratégica do TRT da 15ª Região
<b>Renata Freire Camargos</b> Servidora TST lotada na AGGEST



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

**Cris Hellen Xavier Carvalho**

Servidora TST lotada na AGGEST

Após agradecer a presença de todos, a Secretária-Geral do CSJT pontuou a necessidade de tratar os pontos da pauta referentes aos iGovs e à pesquisa da PIME antes de iniciar as deliberações sobre a análise de ambiente, missão, visão e valor.

A responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 15ª Região, Iara Cristina Gomes, informou que iria se ausentar da reunião, sendo substituída pela Helen da Silva Paes de Souza. A Dr. Mary Becker Caminha, Corregedora-Regional do TRT da 1ª Região, não participou da reunião, em virtude de demais compromissos.

Em seguida, iniciou-se a discussão dos itens da pauta:

### 2. Itens para pauta

Item:	2.1. Deliberação acerca da mensuração do iGovPessoas, iGovTI e iGov.	ID
O Tribunal de Contas da União suspendeu a aplicação do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública no ano de 2020. Desse modo, o CGE-JT deverá estudar a viabilidade de mensurar o iGovPessoas, iGovTI e iGov de outra forma. Contudo, diante da urgência de deliberação dos demais pontos da pauta, este assunto será apresentado em reunião posterior.		
<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar material com os resultados dos iGovPessoas, iGovTI e iGov aos membros do CGE-JT para conhecimento e deliberação sobre a mensuração em reunião posterior do CGE-JT.		

Item:	2.2. Pesquisa de metas do Plano Estratégico do Poder Judiciário.	ID
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) enviou o documento “Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026” com as etapas que devem ser desenvolvidas para aprovação das metas 2021 no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário.		
Uma das etapas é submeter a Proposta Inicial de Metas (PIME) ao processo participativo. A Secretária-Geral informou que a PIME foi construída considerando as sugestões de monitoramento (metas ou ações e projetos) apresentadas no anexo II do documento enviado pelo CNJ. A Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do CSJT (AGGEST) desenvolveu consulta pública, a ser aplicada pelos TRTs, submetendo à manifestação de servidores, magistrados, sociedade, associações e áreas técnicas apenas as sugestões de metas. Os membros do CGE-JT aprovaram a construção da pesquisa apenas com as metas e sem a indicação de percentuais.		
Os responsáveis pelas áreas de gestão estratégica apontaram dúvidas diante da existência de dois cronogramas: elaboração do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça. Decidiu-se que a AGGEST irá apresentar uma proposta de calendário unificado dos dois Planos. Os prazos previstos na Resolução CSJT nº 259/2020 serão adaptados a fim de atender aos prazos do		



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

CNJ e o tempo hábil necessário para os Tribunais Regionais e o CGE-JT desenvolverem as atividades.

**Encaminhamento:** Disponibilizar a pesquisa desenvolvida pela AGGEST aos Tribunais Regionais.

Desenvolvimento de cronograma unificado das atividades previstas para elaboração do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário. O cronograma deverá ser disponibilizado aos membros do CGE-JT e aprovado até o dia 26 de junho.

Item:	2.3. Análise das propostas enviadas pelos subcomitês gestores da estratégia da Justiça do Trabalho sobre análise de ambiente, missão, visão e valores.	ID	
Após os encaminhamentos iniciais, a Secretária-Geral iniciou a deliberação da análise de ambiente da Justiça do Trabalho, considerando a compilação do material encaminhado pelos Subcomitês Gestores da Estratégia Nacional.			

Item:	2.3.1. Forças	ID	
Fenômenos ou condições internas capazes de auxiliar, por longo tempo, a execução da estratégia (vantagens internas).			
<b>Forças propostas pelo Grande Porte:</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Alta produtividade na fase de conhecimento;</li><li>• Expertise em métodos de soluções consensuais de conflitos;</li><li>• Formação e qualificação continuadas, além do comprometimento dos magistrados e servidores;</li><li>• Implantação, padronização e modernização da infraestrutura física e tecnológica dos Regionais;</li><li>• Aperfeiçoamento e ampla utilização do Processo Judicial Eletrônico;</li><li>• Sistemas judiciais e administrativos eficientes com modelo de desenvolvimento colaborativo e compartilhado;</li><li>• Fortalecimento da estrutura de Governança;</li><li>• Compartilhamento de boas práticas entre os Regionais;</li><li>• Publicidade dos atos e prestação de contas à sociedade;</li><li>• Modelo de Gestão da Estratégia da Justiça do Trabalho;</li><li>• Capacidade de inovação e adaptação às adversidades;</li><li>• Valorização da acessibilidade como meio de inclusão para a justiça social (jus postulandi).</li></ul>			
<b>Forças propostas pelo Médio Porte:</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Celeridade na fase de conhecimento;</li><li>• Conciliação;</li><li>• Comprometimento - Formação e qualificação dos magistrados e servidores - Investimento em capacitação;</li><li>• Infraestrutura tecnológica - Infraestrutura física;</li><li>• Efetividade do Processo Judicial Eletrônico nacional e dos sistemas administrativos eletrônicos;</li></ul>			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

- Fortalecimento da governança institucional e maturidade da governança de TIC;
- Transparência.

### Forças propostas pelo Pequeno Porte:

- Celeridade processual (conhecimento);
- Formação e qualificação dos magistrados e servidores;
- Infraestrutura física e tecnológica;
- PJe-JT;
- Integração entre os Regionais;
- Clima Organizacional;
- Teletrabalho.

### Deliberação

#### Celeridade na fase de conhecimento

Aprovado.

O grande porte entende que o termo produtividade se aplica melhor para força da Justiça do Trabalho, pois o termo celeridade está ligado a ideia de tempo processual. Contudo, para o ciclo 2015-2020, uma das forças é a celeridade e para manter o histórico, apoiou o uso do termo.

#### Política de soluções consensuais de conflitos

Aprovado.

Deliberou-se pela utilização do “termo soluções consensuais de conflito”, no lugar de conciliação, a fim de considerar todas as políticas de solução de conflito que são utilizadas na Justiça do Trabalho.

#### Formação, qualificação e comprometimento dos magistrados e servidores

Aprovado.

O pequeno porte foi voto vencido pelos demais membros, uma vez que sugeriu a divisão da frase para: “formação e qualificação dos magistrados e servidores” e “comprometimento”.

#### Infraestrutura física e tecnológica

Aprovado.

Decidiu-se não adjetivar a infraestrutura física e tecnológica, pois há diferenças entre os Tribunais Regionais. Assim, aprovou-se a utilização dos termos de forma ampla.

#### PJe-JT

Aprovado.

O sistema do PJe-JT é o sistema judicial da Justiça do Trabalho, sendo que os demais são desdobramentos. Assim, entendeu-se que ele constitui uma força do segmento de Justiça.

#### Sistemas administrativos eficientes

Aprovado.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

---

### Fortalecimento da estrutura de Governança

Rejeitado.

Os membros do CGE-JT foram unânimes ao decidir que a estrutura de governança ainda não é uma força da Justiça do Trabalho.

### Interação e compartilhamento de práticas entre os órgãos da Justiça do Trabalho

Aprovado.

Aprovou-se a força de forma mais ampla do que sugerido pelos grande e pequeno porte. Entendeu-se que há interação e compartilhamento entre todos os órgãos da Justiça do Trabalho.

### Transparência

Aprovado.

A “Transparência” foi elencada por todos os portes como um valor da Justiça do Trabalho. Apenas o pequeno porte votou pela permanência do termo apenas em valor. Em seguida, o grande porte entendeu que a redação deveria ser “Publicidade dos atos e prestação de contas à sociedade”, contudo, foi voto vencido, aprovando-se como força apenas o termo “Transparência”.

### Capacidade de inovação e adaptação às adversidades

Aprovado.

O pequeno porte foi voto vencido, aprovando-se esta força para Justiça do Trabalho.

### Modelo de Gestão da Estratégia da Justiça do Trabalho

Rejeitado.

A Secretária-Geral apontou que o modelo de gestão estratégica da Justiça do Trabalho é muito recente, de forma que não a diferencia dos demais segmentos, não devendo configurar como uma força. Não houve manifestação dos demais membros, sendo rejeitado.

### Valorização da acessibilidade como meio de inclusão para a justiça social (jus postulandi)

Rejeitado.

O grande porte foi voto vencido, pois os demais membros entenderam que acessibilidade não é uma força, mas um valor.

### Clima Organizacional

Rejeitado.

O médio porte apontou que o clima organizacional é instável, de forma que não deveria entrar como uma força, sendo acompanhado pelo grande e médio porte, o Tribunal eleito e a Secretária-Geral.

### Teletrabalho

Rejeitado.

O pequeno porte foi voto vencido.

O Tribunal eleito apontou que a estrutura da Justiça do Trabalho permite a adoção do trabalho remoto.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho

### Forças da Justiça do Trabalho aprovada pelo CGE-JT

- Celeridade na fase de conhecimento;
- Política de soluções consensuais de conflitos;
- Formação, qualificação e comprometimento dos magistrados e servidores;
- Infraestrutura física e tecnológica;
- Pje-JT;
- Sistemas administrativos eficientes;
- Interação e compartilhamento de práticas entre os órgãos da JT;
- Transparência;
- Capacidade de inovação e adaptação às adversidades.

Em virtude do horário, a reunião foi interrompida e reagendada para o dia 07 de julho.

Os membros do CGE-JT sugeriram que a planilha com a compilação do material enviado pelos Subcomitês fosse compartilhada para que análises prévias sejam registradas a fim de permitir maior agilidade nas discussões.

<b>Item:</b>	<b>3.Pauta para a próxima reunião</b>		
<b>Situação atual:</b> Aprovação das forças da Justiça do Trabalho para o ciclo 2021-2026			
<b>Encaminhamento:</b>			
1. Envio da Consulta Pública sobre as Metas Nacionais para 2021 aos Tribunais Regionais para aplicação;			
2. A AGGEST compartilhará planilha com as sugestões dos três Subcomitês e a compilação realizada para que os membros do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho (CGE-JT) registrem uma análise prévia dos pontos elencados. A planilha será utilizada na reunião marcada para o dia 07 de julho de 2020;			
3. A AGGEST apresentará proposta de cronograma unificado para elaboração do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário. O CGE-JT deverá se manifestar até o dia 26 de junho;			
4. Envio dos resultados do iGovPessoas, iGovTI e iGov para deliberação de sua mensuração.			

A ata foi submetida aos membros do Comitê, que a aprovaram.